



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

LICENÇA PRÉVIA

No: 40/2014

EMPRESA/EMPREENDEDOR: FRANCISCO ANANIAS DE SOUZA

C.N.P.J / CPF: 07290489420

ATIVIDADE LICENCIADA: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL HORIZONTAL FECHADO

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: RUA A, LOTE 08 - FAZENDA SAO JOSE, ROBALO, ARACAJU, SE

ESTA LICENÇA AUTORIZA A DESENVOLVER ESTUDOS DE IMPLANTAÇÃO, OBSERVANDO AS SEGUINTE CONDÇÕES:

1. Esta Licença aprova a localização e a concepção, bem como autoriza a elaboração do projeto de Condomínio Residencial Horizontal Fechado, composto por 80 lotes, em um terreno de 188.000,00 m².
2. Esta licença deverá ser encaminhada para publicação em conformidade com a Resolução Conama nº 06/86, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua expedição, devendo ser encaminhada cópias das publicações a Adema.
3. A empresa deverá requerer a renovação da Licença Prévia, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade desta licença.
4. A empresa somente poderá iniciar as obras pertinentes à implantação do empreendimento, após a liberação pela Adema da Licença de Instalação, que será fundamentada na análise e aprovação do respectivo projeto.
5. A apresentação do projeto, dimensionamento e detalhes construtivos referentes ao sistema de tratamento dos despejos sanitários e drenagem de águas pluviais deverão obedecer as Normas específicas e os seguintes critérios:
 - O sistema de drenagem deverá ser projetado de forma a garantir o fluxo natural das águas e evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamentos e outros), devendo-se prever a utilização de sistemas de amortecimento capazes de absorver as águas pluviais geradas pela impermeabilização da área do empreendimento, salvo se for tecnicamente demonstrada à incapacidade do solo.

- O sistema de tratamento dos despejos sanitários deverá ter concepção adequada e eficiência mínima de 90%, de forma a atender as condições locais de lançamento, de acordo com a legislação específica.
6. O empreendedor deverá manter uma faixa marginal de 100 (cem) metros considerada como Área de Preservação Permanente – APP, na margem do Rio Santa Maria, conforme Lei N° 12.651/2012.
 7. O empreendedor deverá desenvolver o projeto paisagístico priorizando e introduzindo espécies de vegetação nativas.
 8. O não cumprimento das condições aqui estabelecidas implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental Vigente.
 9. Esta Licença não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas Legislações Federal, Estadual ou Municipal, com jurisdição na área.
 10. A Adema, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Licença, quando ocorrer:
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença.
 - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
 - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual N° 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 12:48:08 do dia 30/04/2014 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2013-007445/TEC/LP-0679 e Parecer Técnico PT-11464/2014-1421

Válida até 30/04/2015

Código de controle da licença: ef73661bc94b590036f73ace8e3adb1b

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto N° 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.